

ESCRITA ACADÊMICA: UM FAZER NAS PRÁTICAS LINGUÍSTICAS UNIVERSITÁRIAS¹

Cristiane Nunes BORGES

Universidade Estadual de Ponta Grossa

cris.nborges@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir a escrita acadêmica e sua constituição nas práticas universitárias. Parte-se da hipótese de que há um processo de reconfiguração da escrita de graduandos que passam a intervir academicamente usando a linguagem como subsídio. A metodologia deste trabalho, recorte de um projeto maior, consiste no acompanhamento de quatro graduandas do curso de Licenciatura em Letras de uma universidade do interior do Paraná. A partir dos dados, apresenta algumas reflexões sobre as ações linguísticas da escrita acadêmica. Os estudos teóricos estão relacionados à pragmática linguística (RAJAGOPALAN, 2010) em uma perspectiva de linguagem vista como performativa (AUSTIN, 1962; OTTONI, 1998). Sob um olhar crítico na pragmática o fazer nos usos linguísticos envolve interesses e escolhas, os quais são iminentemente políticos (RAJAGOPALAN, 1998, 2003). Assim, os jogos de força nos ambientes sociais são aspectos fundamentais nas políticas de linguagem. Deste modo, é possível apreciar as práticas linguísticas com um olhar “de dentro para fora” e “de fora para dentro” (RAJAGOPALAN, 2010). Os resultados apontam que é possível perceber algumas políticas de linguagem no embate de forças agindo em práticas e meios sociais específicos, neste caso, o ambiente universitário e os usos linguísticos na escrita acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: pragmática; políticas de linguagem; escrita acadêmica.

1. Introdução

A linguagem não é apenas uma ferramenta usada na comunicação entre sujeitos, ela é também uma forma da ação social pela qual o sujeito pode manifestar suas intenções procurando alcançar seus objetivos. Nesse sentido, a linguagem pode ser entendida como um uso complexo, mas ao mesmo tempo indispensável nas relações e práticas sociais entre os sujeitos. Além disso, ela é também exerce um papel importante na estruturação da sociedade.

Ao pensar em como somos socialmente organizados subjaz, além de reflexões sobre o aparato social, pormenorizações sobre manifestações políticas.

Nesse trabalho proponho uma discussão sobre a linguagem abordada sob o ponto de vista da pragmática linguística, observando-a como forma de ação. Nesse interim, entendo que as ações linguísticas são movidas por escolhas as quais são incitadas por interesses com determinadas intenções e objetivos. Entendo, pois, que as ações linguísticas são consequências de atos políticos que envolvem toda a estruturação da sociedade.

Para observar uma estruturação social específica proponho nesta oportunidade discutir as práticas linguísticas no ambiente universitário. Para isso, elejo como foco para esse estudo a escrita acadêmica considerando-a como uma prática linguísticas específica desse meio, pela qual é possível observar, em uma aparato geral as normatizações da escrita, e

¹ Agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

especificamente, as regras colocadas pela universidade para essa especificidade da escrita praticada por sujeitos inseridos no ambiente acadêmico.

Desse modo, o *corpus* dessa pesquisa consiste na análise de textos escritos e entrevista com quatro graduandas do curso de Licenciatura em Letras de uma universidade estadual do interior do Paraná. Nesta oportunidade, serão destacados e discutidos apenas alguns pontos retirados de relatos proveniente de uma entrevista escrita realizada com essas participantes com objetivo de ressaltar como os usos e as ações linguísticas da escrita na academia são movidos por interesses políticos.

Desse modo, este texto apresenta primeiramente uma explanação sobre a visão da linguagem aqui adotada de modo a explicitar a performatividade como forma de ação nas práticas sociais. A seguir expõe algumas pormenorizações sobre as políticas de linguagem, destacando o caráter institucional e individual que podem apresentar nas práticas de uso da linguagem. No próximo item é destacada a discussão sobre as políticas de linguagem na escrita acadêmica. Nesse interim, são apresentados alguns dos dados das participantes de modo a discutir os usos da escrita acadêmica movidos por ações subsidiadas por escolhas e interesses políticos.

2. Linguagem e performatividade: práticas do fazer

A linguagem é um dos instrumentos essenciais na comunicação humana, no entanto, ela vai muito além. É uma prática usada pelos sujeitos nas mais diversas relações sociais. Para Nogueira (2005), nosso viver é viver na linguagem. Por isso, considero o olhar sob as práticas linguísticas do ponto de vista que perpassa as ações nos múltiplos ambientes, no qual é necessário apreciar os comportamentos sociais, culturais, econômicos e políticos, assim como assevera Oliveira (2010):

É preciso considerar que os usos da linguagem são comportamentos sociais e culturais. Porém, trata-se de comportamentos intencionais. Possuem motivos que nos permitem entendê-los; permitem uma investigação desses motivos. Usar a linguagem é sempre permitir ou solicitar uma pergunta do tipo: Com que fins? Como? Por quê? Quando se usa a linguagem, realiza-se uma ação (ordenada por regras) dentro de contextos sociais com determinados objetivos. (OLIVEIRA, 2010, p.56).

É no sentido de entender a linguagem como ação que proponho a presente discussão. Para isso, trago algumas reflexões da pragmática do ponto de vista da Filosofia da Linguagem Ordinária, doravante FLO, na qual, segundo Austin (1962, p.6), “a emissão do enunciado é a realização de uma ação”. Sob essa perspectiva, Austin (1962) questionou e mostrou o ponto chave nas discussões sobre a linguagem ordinária.

Nesse sentido, a pragmática reflete a complexidade da linguagem que vai além da mera comunicação. Olhando para os usos concretos da linguagem, é possível observar a imensidão de possibilidades que as práticas linguísticas trazem, não se restringindo a preceitos e fórmulas, mas às condições de seus usuários.

Para Mey (2010, p.209), a pragmática é definida como o estudo da linguagem na comunicação humana, a qual é determinada pelas condições da sociedade. Sendo por definição “tudo sobre o uso da linguagem e as pessoas que usam a linguagem”.

É a partir do agir, do interagir e do cooperar nas relações sociais e culturais que, segundo Oliveira (2010), é possível compreender como os sujeitos estão produzindo e usando a linguagem.

Além de trazer toda a multiplicidade de vozes presente nos meios sociais e de ser uma ferramenta de comunicação humana, a linguagem é também uma forma de ação. A visão

performativa pode ser uma maneira de refletir e questionar “como nós usamos a linguagem ou o que nós fazemos ao dizer alguma coisa” (AUSTIN, 1962, p.121). Esse como pode trazer uma gama de complexidade, pois práticas de uso linguístico não subjazem apenas reflexões sobre língua, mas sobre todo o aparato social e contextual pelo qual ela é regida.

[...] Austin ao discutir a performatividade, tem, subjacente às suas reflexões, uma ‘visão performativa da linguagem’ que vai proporcionar uma diversidade de interpretações e de leituras. Esta visão performativa é o lugar de conflito, é o lugar em que se rompem as fronteiras entre o linguístico e o filosófico. (OTTONI, 1998, p.11).

Pensar em situações de uso concreto da linguagem ordinária é pormenorizar que os sujeitos falantes estão o tempo todo ultrapassando fronteiras do pensamento e das relações sociais. Nogueira (2005) assevera que não há fronteiras no uso das palavras, isso devido a iminente heterogeneidade da linguagem. Cada prática de linguagem é uma nova ocorrência que carrega os atos dos sujeitos imersos na sociedade da qual fazem parte, pela qual são afetados e na qual também agem para se manifestarem e se concretizarem como sujeitos. Nesse sentido, todo ato linguístico é uma ação e, portanto, um elemento performativo envolto no aparato e nas condições contextuais.

[...] as estruturas linguísticas características dos enunciados performativos não operam de maneira autônoma; elas necessitam de um contexto, de convenções ritualizadas para realizarem seu efeito. É num contexto determinado que um/a falante emite o enunciado cujo significado repousa na ação que ele produz. Isso significa que são as condições do ato de fala, e não sua fórmula em palavras, que operam o performativo [...]. (PINTO, 2007, p.7).

A autora mostra explicitamente que sem a prática, sem o exterior à linguagem, a performatividade não se constitui, ela é realizada em conjunto, entrelaçando arcabouços linguísticos e contextuais nos meios e nas relações entre sujeitos.

Observada em sua complexidade a visão pragmática de linguagem torna-se encantadora por sua amplitude. Pois, nesse trabalho de linguagem como prática social, as situações são sempre construídas e há o constante descobrir em meio às inusitadas, mas também por certas vezes previstas, situações e contextos sociais.

Ressalto em consonância e contrariedade as palavras inusitadas e previstas por considerar toda a complexidade do mundo globalizado, no qual é necessário avistar o aparato social, considerando o fato de que linguagem e questões identitárias são também intrinsecamente ligadas. Ao mesmo tempo, ambas estão imersas nas práticas sociais, totalmente relacionadas às ações, decisões, escolhas e interesses dos sujeitos.

Partindo do viés da visão performativa da linguagem, proponho discutir a linguagem como ação e ressaltar a necessidade de observar as práticas linguísticas nos meios sociais e seus papéis em relação ao uso da linguagem como instrumento de poder.

3. Políticas de linguagem

Pode-se estabelecer um vínculo inseparável entre o mundo social e as práticas linguísticas como ferramentas cruciais e essências nas relações humanas e na estruturação social.

Segundo Bourdieu (1998, p.28), “a linguagem é o primeiro mecanismo formal cujas capacidades geradoras são ilimitadas”. Como forma de comunicação verbal, ela tem grandes

potencialidades, exerce diversas funções e tem papéis importantes na vida dos sujeitos imersos e construídos nas redes sociais. Por isso, considero necessário olhar as práticas linguísticas de um ponto de vista que perpassa as ações, deixando de lado o olhar para os acontecimentos e atos como naturais.

Na linguagem, como forma de identificação, o sujeito se socializa interiorizando valores, normas e disposições que o definem na sociedade (DUBAR, 2005). Nesse sentido, a linguagem desempenha um papel efetivo na concretização das estruturas sociais.

Ao pensar na estrutura social delineiam-se implicitamente ações políticas, entendidas como medidas planejadas e realizadas com certos fins, tanto por indivíduos em âmbito particular quanto por instituições com poder de decisão e estruturação de normas para determinada sociedade.

Assim, questões políticas são fatos que permeiam o funcionamento social, e, conforme Rajagopalan (2003), escolhas e interesses são palavras-chave para a discussão sobre esse tema. Nesse interim, escolhas são feitas constantemente por indivíduos imersos nas práticas sociais, influenciados por interesses os quais ocasionam decisões e ações políticas.

Para ilustrar proponho pensar no comportamento das pessoas em relação aos ambientes que frequentam. No espaço profissional, na maioria das vezes, as pessoas apresentam comportamentos e atitudes diferentes das que teriam em um ambiente familiar ou entre amigos. Isso ocorre devido às escolhas feitas e determinadas pelos interesses que se tem para cada situação.

É comum no trabalho visualizar os profissionais como capazes e competentes, enquanto que em família ou com amigos esses indivíduos podem ser descontraídos e em alguns casos demonstram inseguranças e fragilidades. Assim, é perceptível que as escolhas de como agir, de acordo com cada contexto, são determinadas por decisões políticas que ajudam na adaptação às diversas práticas sociais das quais se parte.

Deste modo, é possível destacar relações políticas nas mais diversas esferas sociais, tais como econômica, pública, educacional, ambiental, dentre outras. Como neste trabalho o estudo está relacionado a abordagens sobre linguagem, meu foco de discussão será sobre políticas linguísticas e a forma com elas são planejadas e estabelecidas, principalmente em ambientes institucionais, tais como o universitário.

Ao pensar sobre o termo políticas linguísticas é tangível perceber os dois vieses que o compõem, o linguístico e o político. Rajagopalan (2008a, p.135) defende a ideia de que política linguística é “prescritiva e interventora”, de modo que está muito mais ligada às questões políticas e prescritivas como da gramática normativa do que a questões linguísticas:

Quando se falam em política linguística estamos nos referindo a uma atividade essencialmente normativa, prescritiva, diferentemente da Linguística que pode se dar ao luxo de se autocaracterizar com um empreendimento rigorosamente descritivo e fustigar impiedosamente aqueles que procuram prescrever ou proscreever determinados usos. (RAJAGOPALAN, 2008a, p.138).

Políticas pensadas em relação a decisões e escolhas também envolvem poder, ou seja, muitas vezes, elas acabam sendo feitas pelos mais fortes, por aqueles que detêm o poder e influenciam a vida da sociedade em um âmbito geral. Para Mey (2001, p.126) a política não se refere a interesses comuns (como acreditam muitos), mas sim, à adequabilidade na discussão dos interesses que possam ter algo em comum se tratados e ‘esmiuçados’ numa linguagem adequada”.

Sobre o mesmo assunto, Rajagopalan (2003) ressalta a relação mútua entre política e linguagem:

Ao falar de língua, nos engajamos na atividade linguística, estaríamos, todos nós, nos comprometendo politicamente e participando de uma atividade eminentemente política. Por outro lado, e como corolário dessa mesma afirmação, toda atividade política também passaria pela questão da linguagem. (RAJAGOPALAN, 2003, p.33).

O referido autor entende linguagem e política como complementares. Em outras palavras, a língua necessita da política, assim como a última precisa de usos linguísticos como uma forma de agir, de se manifestar.

Com relação à força e ao poder da política, muitas vezes isso não aparece ou opera declaradamente, mas é camuflado implicitamente por normas e regras de estruturação social que parecem comuns a todos, mas que, no entanto, foram criados por sujeitos com interesses e intenções específicos. Nesse sentido, “uma ação intencional pode ser considerada como uma ‘ação política’” (OLIVEIRA, 2010, p.57).

As normas regem o funcionamento da sociedade e para que ações de política da linguagem sejam implementadas é necessário o planejamento delas. Nesse sentido, muitas vezes são os meios institucionais, tais como o Estado, responsáveis por essa idealização.

Mesmo com a idealização, o planejamento e a implementação de políticas institucionais, é partir das ações dos sujeitos que elas se concretizam, são eles os atores que validam as idealizações e, portanto, importantes nas políticas linguísticas:

[...] as vozes dos humanos são os instrumentos constitutivos sobre os quais se funda, em última instância, a orquestração da sociedade. Como personagens sociais e agentes, os humanos ‘inventam’ e estruturam a maneira como querem viver, mas também estão sujeitos às suas próprias criações [...]. (MEY, 2001, p.27).

Rajagopalan (2010) faz uma analogia em relação a como os fatos linguísticos são concebidos pelos sujeitos:

É importante ressaltar que olhar a língua ‘de fora para dentro’, em vez de ‘de dentro para fora’, tem interessantes e muitas vezes dramáticas consequências para nossa forma de identificar problemas e propor soluções. Para começar, há uma necessidade de reconhecer que muitos dos problemas que temos habitualmente identificado na linguagem são resultado de nosso modo de conceber linguagem de ‘dentro para fora’. (RAJAGOPALAN, 2010, p.41).

Entendo o olhar “de fora para dentro” como o poder institucional, responsável pela imposição de políticas normatizantes da sociedade e o olhar “de dentro para fora” como o olhar dos sujeitos imersos nessas redes social e politicamente construídas. Esses sujeitos também desenvolvem ações políticas, mesmo que com grau menor de poder, vivenciam a força de políticas institucionalizadas e são os responsáveis pela validação social das normas institucionais.

Nesse sentido, os sujeitos são responsáveis por ações políticas sejam eles indivíduos com poder dominante, responsáveis pelo planejamento e implementação de políticas, sejam sujeitos/personagens da sociedade dominada, que, de uma forma ou de outra, ajudam a validar as políticas, ou, que se opondo a implementação, provocam em poderes institucionais escolhas de novas estratégias de planejamento político. Portanto, as relações políticas, especificamente em relação à linguagem, funcionam por meio da existência de relações de poder.

As análises desses discursos [institucionais e não-institucionais], das interações entre sujeitos e grupos sociais diversos, permitem explicitar as efetivas ações políticas que regulam as relações entre língua e sociedade, as relações de poder que estão implícitas nas *políticas linguísticas*. (TORQUATO, 2010, p.23, grifos da autora).

A mesma autora ainda defende a ideia de que as políticas linguísticas devem se pautar em uma perspectiva de linguagem como ação social, pois as ações do discurso são eminentemente ações políticas. Nesse sentido, entendo que a perspectiva performativa da linguagem é uma visão política.

Assim, políticas da linguagem e questões referentes à performatividade da linguagem são eminentemente relacionadas, pois as políticas necessitam das ações do sujeito, no caso em questões ações linguísticas, para se manifestarem e se consolidarem socialmente, ao mesmo tempo em que a performatividade é movida por escolhas e interesses políticos.

4. Políticas da escrita acadêmica: o agir nas práticas linguísticas universitárias

A metodologia deste trabalho, recorte de um projeto maior em desenvolvimento, consiste no acompanhamento de quatro graduandas do curso de Licenciatura em Letras, ingressantes em 2008 e concluintes em 2011, de uma universidade do interior do Paraná. Procuro observar e discutir, a partir dos dados, as percepções e reflexões sobre esse processo de modo a perceber as ações linguísticas repercutidas na escrita e no discurso das participantes, seja a partir de interesses individuais ou institucionais que regem algumas normas da escrita acadêmica.

Assim, as principais questões norteadoras deste trabalho são: O graduando constrói sua escrita acadêmica como forma de participar das práticas sociais universitárias ou para atender as exigências estabelecidas para as produções de escrita o ambiente? Qual a importância atribuída à aquisição e domínio da escrita acadêmica no meio universitário?

O grupo de alunas selecionadas para a pesquisa pode ser considerado um grupo heterogêneo, pois são sujeitos advindos de diferentes experiências e práticas sociais anteriores à universidade. Também durante seus percursos pela vida acadêmica passaram por outras e diversas particularidades. Assim, cada acadêmica possui suas experiências e posicionamentos.

Para isso a seguir, procuro discutir mais detidamente sobre as políticas da escrita acadêmica trazendo algumas pormenorizações consideradas pertinentes sobre a presente pesquisa provenientes de uma entrevista realizada com as participantes.

Em meio às decisões políticas e como um instrumento de uso da linguagem a escrita pode ser considerada uma criação humana com vista à homogeneização da língua. Correa (2011, p.114) aduz que “uma língua escrita, e sua presença simboliza, uma escolha política”. Na universidade, a escolha do sujeito em fazer parte desse meio e adequar-se a escrita acadêmica é uma decisão política tomada por ele com interesses específicos. Relacionado aos usos linguísticos e como um instrumento de uso da linguagem, a escrita torna-se uma decisão das políticas linguísticas que influenciam diretamente os sujeitos usuários da língua. As influências podem fazer com que o sujeito, no caso em questão graduando, busque adaptar-se as políticas universitárias especificamente às políticas linguísticas referentes a escrita nesse meio. Fato percebido no relato da participante:

“[...] me adaptei a escrita daqui que é um pouco diferente do meu país, e também tenho uma visão mais ampla hoje do que é a escrita”. (Participante 4).

Para a participante adaptar-se significou avaliar e saber usar as diferenças, pois a escrita como forma homogeneizante da língua muitas vezes deixa poucas brechas para os

chamados desvios ou erros ortográficos, além dos relacionados a textualidade, tais como coerência, coesão e progressão textual (DOLZ; GAGNON; DECÂNIO, 2010).

Britto (2009) afirma que a escrita não é uma criação que possibilita acesso igualitário e, muito menos, um meio de ascensão para todos. O ambiente universitário pode ser um meio pelo qual o sujeito buscará mecanismos para a ascensão social, considerando que a universidade é muitas vezes entendida como a elite intelectual da sociedade. Assim, a escrita é comumente veiculada por aqueles que detêm o poder, têm os privilégios de fazer parte da sociedade grafocêntrica e usam a escrita também como forma de manipulação.

O sujeito ao adentrar a universidade procura a domínio e a ascensão. No entanto, dentro da própria academia há também formas de manipulação de poder, a normatização da escrita acadêmica pode ser considerada uma delas. Assim, o sujeito sente a necessidade de aprender e identificar-se com a escrita universitária. Conforme se observa:

“[...] consegui ter contato com normas, estrutura e planejamento do texto acadêmico”. (Participante 1).

Para fazer parte dessa sociedade especificamente grafocêntrica o contato com essa especificidade de escrita pode se tornar fundamental para o sujeito que ingressa na academia e objetiva finalizar um curso universitário. O aluno que enquadra-se, que consegue adquirir as normas e estruturas planejadas para o texto acadêmico poderá torna-se mais um instrumento para a disseminação dessa política linguística específica da academia.

Como instrumento de poder para Mey (2001) o letramento é mais uma forma de fiscalização e controle político e social. Nesse sentido, os ambientes educacionais, tais como a universidade, tornam-se ambientes de veiculação desse controle e dominação, e operam como forças institucionais reguladoras das políticas de linguagem.

A academia pode ser camufladamente uma invenção institucionalizadora dos tempos modernos atuando no controle e na moldagem de sujeitos a partir de interesses políticos.

Como meio específico de convivência social e abalizada pela validação do conhecimento a universidade, além de respeitar regras da sociedade geral e impostas pelo Estado, possui suas próprias normatizações, as quais servem de orquestração de princípios acadêmicos legitimados por sujeitos que, estando em uma escala considerada maior de conhecimento, procuram manter o controle sobre essa instituição

As práticas discursivas da academia podem ser entendidas como práticas de vigilância e controle com padrões próprios e rotinas de produção e reprodução do conhecimento. Uma das maneiras de exemplificar o poder que as políticas linguísticas exercem pode ser observado na escrita acadêmica, a qual é institucionalmente convencionalizada, portanto, marcada por um poder político que dita certos preceitos.

O ambiente universitário por meio da escrita acadêmica é um exemplo pelo qual se pode perceber a normatização da escrita, relacionada a interesses institucionais permeados pela política de homogeneização deste instrumento da linguagem.

Observa-se assim, que o enquadramento à escrita acadêmica depende das práticas sociais nas quais se envolvem os sujeitos imersos neste contexto. Em meio a essas práticas e a essa adaptação que o sujeito necessita para escrever academicamente é possível perceber a permeação das políticas linguísticas em dois pontos.

Primeiramente uma política institucional, que coloca as convenções para a escrita acadêmica de um poder maior, o meio universitário, para o menor, o sujeito acadêmico. A seguir uma política individual, de interesse e escolha do sujeito universitário, no sentido de aprender, de se tornar membro e se enquadrar à escrita convencionalizada. Essa segunda questão política de interesse relacionada ao sujeito, pode, muitas vezes, não ser uma questão pacífica. Assim como em imposição de línguas majoritárias a certas comunidades, a escrita acadêmica

pode ser vista também como uma imposição de convenções ao sujeito, o qual pode voltar seus interesses para o não enquadramento e encontrar uma relação contraditória. Com essa explanação cabe o questionamento: Na academia, o sujeito faz somente o que lhe interessa, ou é conduzido pelas políticas linguísticas universitárias a atender os interesses de um poder maior?

Para retratar essa acepção sobre as políticas linguísticas que permeiam essa especificidade de escrita, apresento o relato de umas das participantes da pesquisa a seguir:

“O maior momento de identificação com a escrita é quando preciso desenvolver uma hipótese por meio do texto acadêmico. Nesse momento me sinto desafiada a dar o meu melhor: se fazer entender, defender minha ideologia e convencer o meu leitor da eficácia da minha proposta”. (Participante 1).

No relato acima apresentado é possível observar a política da linguagem por parte da acadêmica em relação ao meio universitário, ou seja, uma política do individual para o institucional, pois a participante busca fazer o melhor e desenvolver-se por meio da escrita acadêmica, seguindo assim alguns dos preceitos referentes às políticas linguísticas da escrita acadêmica na academia.

A escrita acadêmica pode não ser uma escrita libertadora, mas, na maioria das vezes, uma escrita controladora, opressora que manipula na tentativa de encaixar às suas formas e fórmulas. Assim, de acordo com o aduzido por Rajagopalan (1998, p.33) de que “nem todas as coletividades são igualmente ‘naturais’”, a escrita acadêmica pode se tornar uma prática social e universitária artificial, a qual o sujeito produz apenas como forma de reprodução e enquadramento às convenções da academia. Ao mesmo tempo, nessa tentativa de adequação a esses preceitos o sujeito universitário poderá, mesmo que involuntariamente, adquirir características desse meio, remoldando e reconstruindo suas identidades e, por conseguinte, sua escrita.

Nesse remoldar o sujeito vai se sentido participante de espaço universidade considerando seu enquadramento e adaptação as estrutura social e política desse meio, conforme poder ser observado no relato a seguir:

“Hoje, fazendo faculdade, posso dizer que evoluí muito na escrita, pois no curso de Letras é solicitada muita leitura e produção de textos e, eu estando inserida, também, em projeto de iniciação científica, posso dizer que, comparando como era antes, melhorei bastante. É claro que sempre aparece uma dificuldade ou outra, mas na prática vou melhorando”. (Participante 1).

As percepções de evolução e melhoramento da graduanda mostram a busca por essa aceitação ao ambiente acadêmico. Ao mesmo tempo cabe destacar o relato sobre a prática da escrita como fator de melhoramento, ou seja, ela como prática social nesse ambiente é também uma escolha para atingir interesses políticos. No relato é possível perceber a escolha em praticá-la por parte da participante que busca aprimorar e se enquadrar à escrita acadêmica. Entretanto, essa busca é estimulada pela política de interesses institucionais, os quais, demonstram quais devem ser as práticas sociais do sujeito nesse meio para alcançar o pertencimento e a identificação com o ambiente.

O mesmo pode ser observado no relato a seguir de outra participante, a necessidade de praticar a escrita:

“Em minha opinião a escrita não é algo fácil, é preciso praticar bastante para aprimorá-la, a leitura também ajudará muito.” (Participante 2).

Cabe ressaltar a dificuldade, pois a participante considera a escrita difícil. Assim, é possível observar que adequar-se a normas e estruturas estabelecidas, tais como as que a escrita dita pode não ser uma tarefa fácil para o sujeito, mas um percurso árduo que envolve o sujeito na busca do enquadramento às regras postas.

Nesse viés, retomo o questionamento a cima colocado, destacando que há uma relação mútua de interesses relacionados às políticas linguísticas na academia. Por parte da universidade há interesses políticos moldando as escolhas dos sujeitos, mas esses também possuem seus interesses individuais que concomitantemente aos preceitos relacionados às políticas de estruturação ditadas pela universidade agem moldando os interesses e as escolhas políticas dos sujeitos em relação às suas práticas sociais na academia, no caso em questão, em relação às práticas da escrita acadêmica.

Nesse sentido, liberdade na escrita acadêmica pode tornar-se uma ilusão, ou uma pseudo-impressão, visto que há tentativa de moldar os sujeitos para atender às demandas institucionais. E os sujeitos que se enquadram serão os que se sobressaem. Para isso, os acadêmicos buscarão participar do meio e apreender sempre mais os conhecimentos que consideram importantes e necessários. Conforme abaixo observado:

“[...] estando no meio acadêmico, pode-se aprender ainda mais, estando preparada para o que for solicitado futuramente”. (Participante 3).

No discurso da participante é possível observar que o interesse do sujeito vai além do identificar-se com o ambiente em questão. Outros interesses movem as ações da linguagem na escrita acadêmica, tais como a formação como profissional, o preparar-se para o futuro, para o qual a universidade torna-se um instrumento para alcançar a ascensão não apenas do conhecimento mas do mercado de trabalho.

A partir das presentes explicações, entendo a escrita acadêmica como uma forma de mostrar as ações das políticas linguísticas no sentido de interesses institucionais para os individuais na tentativa de fazer com que o sujeito compactue com a estruturação social e política da universidade; e no sentido de interesses individuais para os institucionais, no qual há o interesse, ou não, do sujeito em se adaptar e fazer parte do meio e das práticas sociais universitárias.

5. Considerações finais

É possível perceber algumas políticas de linguagem no embate de forças agindo em práticas e meios sociais específicos, neste caso, o ambiente universitário e os usos linguísticos na escrita acadêmica. Neste trabalho, optei pelos trechos que considero mais pertinentes aventar nesse momento, tendo em vista a impossibilidade de apresentar e discutir todos os dados. Por meio dessa apresentação é possível atentar que o enquadramento à escrita acadêmica ocorre em meio a um processo e são contextuais, portanto, dependem da cadeia de práticas sociais.

Nesse sentido, para professores em formação a escrita é uma das práticas linguísticas essenciais de inserção ou exclusão ao meio acadêmico. Ao mesmo tempo, ela pode ser considerada uma criação humana (HIGOUNET, 2003) com vistas à homogeneização da língua e uma forma de participação social (BRITTO, 2009).

No ambiente acadêmico em específico, a escrita pode exercer ambas as funções. Como criação homogeneizante por meio de normas e estruturas ditadas pelas práticas universitárias para a produção da escrita, e principalmente do gênero acadêmico. E como

participação social por meio de mecanismos para adaptação e inserção do sujeito nas práticas do meio universitário. Nesse sentido, questões referentes a práticas de escrita perpassam também assuntos relacionados à performatividade (AUSTIN, 1962).

Com relação a escrita, ela pode ser vista como um processo, seja em relação a sua própria evolução desde sua criação, seja em relação à aquisição e usos feitos pelos seus usuários. A escrita torna-se um constante praticar em meio aos seus usos na sociedade.

Ao analisar práticas sociais específicas, como o da escrita acadêmica, foi possível perceber que essa prática exige uma qualificação do sujeito em termos profissionais, de modo que esse processo pode ser entendido com um progresso, ou um constante reconstruir, fato que ser percebido no discurso das participantes desse meio.

A partir das considerações feitas, pode-se também reafirmar a concepção de que a sociedade é politicamente construída. Na maioria das vezes, decisões tanto institucionais quanto pessoais, são influenciadas por interesses, os quais resultam em escolhas e decisões políticas. De modo que, não há com fugir de relações e preceitos políticos, pois eles regem a estruturação da sociedade nas mais diversas instâncias. Mas há como compreendê-los, e assim melhor lidar com eles.

Referências

- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford University Press, 1962.
- _____. Performativo-constativo. In: OTTONI, Paulo Roberto. **Visão performativa da linguagem**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1998. p.109-121.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das troca linguísticas: o que falar quer dizer**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. Educação linguística escolar: para além das obviedades. In: CORREA, Djane Antonucci; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira (Orgs.). **Estudos da linguagem e currículo: diálogos (im)possíveis**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009, p.15-29.
- CORREIA, Djane Antonucci. Política linguísticas e ensino: um convite à discussão. In: BATTIST, Elisa; COLLISCHONN, Gisela. **Língua e linguagem: perspectivas de investigação**. Pelotas: EDUCAT – Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2011, v.1, p.105-124.
- DOLZ, Joaquim; GAGNON, Roxane; DECÂNIO, Fabrício. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem**. Tradução de Fabrício Decânio e Anna Rachel Machado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- MEY, Jacob. **As vozes da sociedade: seminários em pragmática**. Tradução de Ana Cristina de Aguiar. Campinas, SP: Mercados das Letras, 2001.

_____. Current issues in societal pragmatics. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. n.11, v.1, p.195-128, 2010.

NOGUEIRA, Claudiana. Searle interpretando Austin: a retórica do “medo da morte” nos estudos da linguagem. 2005, 285f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2005.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **Delta**. v.23, n.1, p.1-26, 2007.

OLIVEIRA, Jair Antonio de. Pragmática & Comunicação. **Linguagem em foco** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. v.2, n.2, p.53-68, 2010.

OTTONI, Paulo Roberto. **Visão performativa da linguagem**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Tradução de Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998, p.21-45.

_____. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. As políticas linguísticas. **Delta**. v.24, n.1, p.135-139, 2008. Resenha de: Resenha de: CALVET, Loius-Jean. As políticas linguísticas. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.

_____. **A nova pragmática**: faces e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TORQUATO, Clóris Porto. Políticas linguísticas, linguagem e interação social. **Revista Escrita**. n.11, p.1-29, 2010.